

DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO: PENSANDO AVANÇOS A PARTIR DA PRODUTIVIDADE

Thallyson Eduardo Alves Martins

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG/AL), Brasil

E-mail: thallysoneduardo12@gmail.com

Emilene Kareline Marciano dos Santos

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG/AL), Brasil

E-mail: emilenemarciano@gmail.com

Resumo

O artigo analisa como os paradigmas de crescimento econômico adotados nos principais planos de desenvolvimento do Brasil influenciam a formulação de estratégias de longo prazo, com foco no Plano Alagoas 2050. A partir de uma revisão histórico-analítica, argumenta que o pensamento desenvolvimentista brasileiro foi predominantemente orientado pela acumulação de capital físico, industrialização e forte atuação estatal, como observado no Plano de Metas, no II PND e no PAC.

À luz da literatura contemporânea, o estudo destaca que esses modelos apresentam limitações ao negligenciar fatores centrais para o crescimento sustentável, como produtividade, capital humano, qualidade institucional e eficiência alocativa. Evidências indicam que a produtividade é o principal motor do crescimento de longo prazo, enquanto o Brasil enfrenta estagnação nessa variável desde os anos 1980, associada a má alocação de recursos, baixa qualificação da mão de obra e fragilidades institucionais.

No caso de Alagoas, desafios como baixa escolaridade e transição demográfica reforçam a necessidade de políticas integradas. O artigo conclui que o planejamento de longo prazo deve incorporar uma agenda mais ampla, centrada no aumento da produtividade e no fortalecimento institucional.

Palavras-chave: Produtividade; Planejamento de Longo Prazo; Industrialização.

Introdução

Ao iniciar os estudos prévios para a elaboração do Plano Alagoas 2050, a equipe de planejamento da SEPLAG/AL se deparou com alguns pontos de reflexão enquanto se debruçava sobre a literatura recente sobre crescimento econômico e seus determinantes. Dentre os debates internos ocorridos na secretaria, será compartilhado neste artigo, de forma mais detida, a importância de os planos de longo prazo tomarem o elemento produtividade como variável indispensável para avançar o desenvolvimento dos entes federativos no longo prazo.

A década que compreende o período de 2011 a 2020 figura para o Brasil como a pior década, em termos de crescimento econômico, dos últimos 120 anos, perfazendo um crescimento nulo nesse período. No início da “atual década perdida”, a economia apresentou uma taxa média de crescimento de 3% ao ano (a.a.), entre 2011 e 2013. Posteriormente, de 2014 a 2016, o Brasil entrou em recessão e, quando se recuperou, ficou praticamente estagnado, com um crescimento médio de 1% a.a. de 2017 a 2019. Nos últimos sete anos do período, inclusive o ano de 2020, o desempenho econômico do país foi medíocre (BALASSIANO; TRECE; CONSIDERA, 2020).

De maneira geral, as reduções no ritmo de crescimento vêm sendo associadas à desaceleração do crescimento da produtividade à medida que os países elevam seus níveis de renda, fenômeno denominado de “armadilha da renda média”. Ele é caracterizado como um estágio de desenvolvimento no qual o lento crescimento econômico se deve a dificuldades de mudança de um padrão de desenvolvimento baseado na acumulação de fatores para outro direcionado pela inovação (BONELLI, 2014).

Em relação ao Brasil, a literatura especializada tem documentado que o país apresenta baixa produtividade, cujo progresso tem apresentado taxas modestas desde a década de 1980. Ressalta-se que o fraco desempenho dessa variável compromete a capacidade do crescimento brasileiro no longo prazo e da superação do seu passivo social (ARAÚJO; OLIVEIRA; SILVA FILHO, 2024). Apenas a título de exemplo, apesar do PIB per capita do Brasil ter aumentado na ordem de quase uma vez e meia entre 1990 e 2017, ele vem apresentando tendência de queda desde 2014.

Fomentar a prosperidade de uma nação não é algo trivial, e as disputas em torno de quais seriam os meios de promover desenvolvimento econômico seguem presentes no debate público, orientando decisões políticas e de políticas públicas cujo impacto pretendido é o de alavancar os ganhos sociais. Por isso, reflexões desse tipo deveriam permear o processo de elaboração de um plano de longo prazo, a fim de que sejam mapeados os pressupostos e concepções que indicarão os rumos dos entes federativos. Assim, considerando tais questões, este artigo está construído para responder à seguinte pergunta: De que forma os paradigmas de crescimento econômico consolidados nos planos de desenvolvimento nacional no Brasil, revisitados à luz da literatura atual sobre desenvolvimento econômico, podem influenciar na formulação de planos de longo prazo, como o Plano Alagoas 2050?

Entende-se ser importante a retomada do pensamento econômico brasileiro a partir da leitura contemporânea sobre desenvolvimento porque percebe-se que muitos instrumentos de desenvolvimento econômico acabam por reproduzir a mentalidade já instaurada, mas o fazem sem uma reflexão mais crítica, ou sem considerar elementos novos para os quais a literatura apresenta evidências empíricas. Por isso, diante do até então exposto, este artigo busca apresentar uma revisão histórica dos modelos de crescimento econômico implementados no Brasil desde o Governo JK até o II PAC, com o objetivo de explicitar os principais paradigmas do

pensamento socioeconômico que orientaram os planos de desenvolvimento nacional. E, a partir dessa leitura, busca-se identificar permanências e inflexões conceituais que informam a forma como o desenvolvimento tem sido concebido no país, especialmente a centralidade atribuída à acumulação de capital físico e à industrialização.

Em diálogo com a literatura contemporânea sobre crescimento econômico e produtividade, o estudo argumenta que abordagens recentes deslocam o foco explicativo para fatores ligados ao desenvolvimento do capital humano e eficiência alocativa dos recursos, oferecendo novas categorias analíticas para a formulação de estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Sem pretensão de avaliar resultados ou impactos dos planos nacionais, o artigo analisa o pensamento estruturante que moldou tais iniciativas e discute suas implicações para a elaboração do Plano Alagoas 2050, com atenção à tradução dessas agendas para a realidade subnacional.

Este trabalho realiza uma revisão de literatura de caráter narrativo-analítico para examinar correntes teóricas e paradigmas do crescimento econômico. O objetivo é mapear os principais modelos mobilizados no Brasil nos últimos 70 anos e dialogar com a literatura contemporânea sobre produtividade, superando abordagens meramente descritivas. A análise privilegia uma leitura interpretativa que identifica permanências, inflexões conceituais e tensões no pensamento desenvolvimentista brasileiro e nas abordagens recentes sobre crescimento de longo prazo. Essa estratégia permite compreender como ideias econômicas influenciam agendas de políticas públicas e práticas de planejamento. A partir de uma leitura crítica, o estudo contrasta perspectivas historicamente centradas na acumulação de capital físico e na industrialização com abordagens que destacam produtividade. Com base nessa sistematização, o trabalho estabelece conexões entre o debate teórico e os desafios do planejamento de longo prazo, oferecendo subsídios para a formulação do plano estadual Alagoas 2050.

Este documento está dividido em quatro seções para além desta introdução. Na primeira, foram apresentadas as variáveis mais recentemente incorporadas pela literatura para explicar o crescimento econômico, superando uma visão detidamente ancorada no processo de industrialização, destacam-se a produtividade, o capital humano e a qualidade das instituições. Na segunda parte, foram colocados em perspectiva os Planos nacionais de desenvolvimento no Brasil, considerando-se seus referenciais teóricos e estratégias a partir da compreensão sobre desenvolvimento econômico trazida na Seção 1. No terceiro momento, destaca-se a análise sobre produtividade e as implicações dessa discussão para o nível estadual. Por fim, nas considerações finais, são mencionados os limites do artigo e as sugestões de agendas futuras.

1. Um passeio pela literatura sobre crescimento econômico: do modelo de substituição importações à produtividade

O desenvolvimento econômico é um processo cumulativo, construído ao longo do tempo, cuja compreensão teórica evoluiu significativamente desde o pós-Segunda Guerra Mundial. As primeiras teorias de crescimento enfatizaram a acumulação de capital físico, infraestrutura e capacidade produtiva instalada, e moldaram estratégias de industrialização lideradas pelo Estado (LATIF, 2022). No Brasil, essa concepção orientou os grandes planos nacionais de desenvolvimento, desde o Plano de Metas, passando pelos PNDs, marcados pela criação de estatais, investimentos em infraestrutura e proteção à indústria nacional.

O desenvolvimentismo clássico brasileiro figura entre as teorias vinculadas à noção de que a acumulação de capital é o principal determinante do desenvolvimento econômico.

Segundo Bresser-Pereira (2025), para o desenvolvimentismo clássico, o desenvolvimento econômico é sinônimo de industrialização ou mudança estrutural. A referida corrente teórica identifica uma restrição externa que torna o desenvolvimento econômico dos países primário-exportadores mais difícil. Tal restrição decorre do fato de que nesses países a demanda por importações de bens manufaturados aumentaria mais que proporcionalmente aos ganhos de renda, enquanto nos países desenvolvidos a demanda por importações de bens primários ou *commodities* cresceria menos que proporcionalmente aos ganhos na renda. Essa dinâmica seria perversa para os países exportadores de bens primários, nos quais somente a industrialização, no longo prazo, poderia solucionar a questão. Contudo, o modelo de industrialização por substituição de importações é bem sucedido por limitado período de tempo, sendo viável enquanto o mercado doméstico de um determinado setor industrial se beneficiar dos ganhos de escala.

Sob outra perspectiva, pensadores defendem que não seria a industrialização por si só o fator mais relevante para o desenvolvimento econômico. Evidências mostram que as acelerações de crescimento são predominantemente impulsionadas por ganhos de produtividade e não por acumulação de fatores. Koopman e Wacker (2023), ao analisarem a aceleração do crescimento em 148 países, entre 1950 e 2019, encontraram que, em média, cerca de 90% do aumento da taxa de crescimento é explicado por melhorias na PTF, enquanto a acumulação de capital físico responde por aproximadamente 9%. Ainda assim, os autores colocam a acumulação de capital físico como elemento relevante para o crescimento, sobretudo em países relativamente pobres em capital, nos quais a acumulação explica uma parcela maior do crescimento adicional, embora a PTF continue sendo o principal motor.

A partir dos anos 1950, a literatura passou a destacar o papel do capital humano (o conjunto de habilidades formais e informais integrado aos indivíduos) como determinante do crescimento. A formação e a qualidade da mão de obra tornaram-se centrais para explicar diferenças de desempenho entre países (LATIF, 2022). Nesse sentido, estudos empíricos sobre capital humano e crescimento econômico apresentam evidências de que a educação e outros componentes do capital humano exercem efeito positivo sobre a dinâmica das economias, principalmente através dos mecanismos do aumento da produtividade, da capacidade de inovação e da absorção de novas tecnologias (OSIOBE, 2019).

Os modelos de crescimento endógeno revelam que a acumulação de capital humano é fator determinante para sustentar o crescimento de longo prazo, especialmente em países em desenvolvimento, visto que os retornos sociais da educação tendem a ser mais elevados. Por exemplo, estudos aplicados a países da África, Ásia e América Latina indicam que o investimento em educação, notadamente em educação básica, contribui significativamente para o desenvolvimento econômico, apesar de haver heterogeneidade na magnitude desse efeito, dadas as diferenças da qualidade do sistema educacional e do ambiente institucional dos países (OSIOBE, 2019).

Evidências indicam que, quando medido por indicadores tradicionais de quantidade, como anos médios de escolaridade, o capital humano apresenta relação fraca ou instável com o crescimento econômico entre países. Em contraste, medidas baseadas em aprendizado efetivo e habilidades cognitivas revelam uma associação mais robusta com o crescimento de longo prazo, sugerindo que as diferenças educacionais relevantes entre países estão mais associadas à qualidade da educação do que à sua expansão quantitativa (HANUSHEK; WOESSMANN, 2012). Ademais, observa-se que a ampliação da escolaridade pode coexistir com baixo crescimento econômico em contextos nos quais os retornos macroeconômicos da educação são limitados, conforme documentado por Pritchett (2001).

Vale destacar que a literatura considera que a relação entre capital humano e crescimento econômico pode variar conforme o nível de renda dos países. Em economias de renda mais alta, o crescimento tende a estimular investimentos em educação, ao passo que nas economias de renda baixa e média são os investimentos em educação que exercem papel mais relevante para o desempenho econômico. Além disso, fatores complementares, como saúde, infraestrutura, governança e qualidade institucional contribuem para que os investimentos em educação se traduzam efetivamente em desenvolvimento econômico (OSIOBE, 2019).

Em síntese, a pesquisa empírica sugere que o capital humano é um determinante crucial do crescimento econômico, mas seus efeitos não são automáticos nem uniformes. Eles dependem da qualidade da educação, do estágio de desenvolvimento do país e da interação com outras variáveis estruturais e institucionais, o que reforça a necessidade de políticas integradas e de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico (OSIOBE, 2019). Nesse aspecto, o Brasil historicamente subestimou o investimento em educação de qualidade, priorizando a expansão da capacidade produtiva em detrimento da qualificação do trabalho, o que limitou os ganhos de produtividade mesmo nos períodos de crescimento acelerado (LATIF, 2022).

Enquanto no pós-guerra sobressaiu a ênfase no capital humano, nos anos 1990 ocorreu uma inflexão teórica relevante com a incorporação da abordagem institucional, sobretudo a partir de Douglas North (LATIF, 2022). As instituições, entendidas como regras formais e informais que moldam os incentivos econômicos, passaram a ser vistas como fundamentais para explicar a persistência das disparidades de renda entre países. Economias com instituições inclusivas, isto é, aquelas que estimulam a inovação, a concorrência e o acesso equitativo às oportunidades, tendem a apresentar crescimento mais sustentado do que aquelas baseadas em instituições extrativistas, que protegem setores ineficientes e favorecem a busca por rendas (ACEMOGLU, 2009).

Uma vez mais, o conjunto de evidências empíricas sobre a relação entre instituições e crescimento econômico conclui que a qualidade institucional, caracterizada por proteção aos direitos de propriedade, estado de direito e boa governança, exerce um papel de centralidade no desempenho econômico de longo prazo, ao reduzir os custos de transação, aumentar a previsibilidade econômica e estimular investimento, inovação e produtividade (TRPESKI et al., 2024).

Grande parte das pesquisas enfatiza tanto os efeitos diretos quanto os efeitos indiretos das instituições sobre o crescimento. Diretamente, elas influenciam aspectos associados à eficiência econômica e à segurança jurídica. Indiretamente, as instituições potencializam o impacto de outros determinantes do crescimento, tais como a infraestrutura, desenvolvimento financeiro, abertura comercial, investimento estrangeiro direto e capital humano. Além de diretos e indiretos, os efeitos são também heterogêneos entre os países, conforme expresso na literatura. Países ricos em recursos naturais tendem a se beneficiar mais de instituições de alta qualidade, mitigando a dependência nos seus recursos naturais abundantes. Por outro lado, aqueles com instituições frágeis acabam por enfrentar dificuldades em converter sua abundância de recursos em crescimento sustentável, reforçando a necessidade de fomentar instituições inclusivas (TRPESKI et al., 2024).

Encontra-se importante complementaridade entre o arcabouço institucional e as políticas públicas, visto que os resultados indicam forte interdependência entre qualidade institucional, gasto público, arrecadação tributária e crescimento econômico, sugerindo que reformas institucionais isoladas tendem a ser menos eficazes quando comparadas a estratégias

coordenadas de fortalecimento institucional e fiscal (TRPESKI et al., 2024). Contudo, no caso brasileiro, diversos instrumentos associados aos planos de desenvolvimento reforçaram distorções institucionais, ao manter subsídios, barreiras à entrada e proteção prolongada a setores pouco produtivos.

De maneira geral, a literatura contemporânea aponta a produtividade como o principal motor do crescimento de longo prazo, de modo que as grandes diferenças de renda per capita entre países refletem, sobretudo, disparidades na eficiência da utilização de capital e trabalho. Além disso, o baixo crescimento das economias em desenvolvimento está associado à má alocação dos fatores produtivos, fenômeno relacionado a falhas institucionais e de mercado. No Brasil, distorções regulatórias e incentivos mal desenhados resultaram na permanência de empresas pouco eficientes e na subutilização de talentos e tecnologias, reduzindo o potencial de crescimento (FERREIRA; PESSÔA; VELOSO, 2013).

Em suma, o crescimento econômico de modo algum é um processo linear. Em estágios iniciais de desenvolvimento, quando a capacidade produtiva, compreendida por instalações, máquinas e infraestrutura é baixa, novos investimentos produzem uma aceleração da produção ou do PIB. De forma análoga, o mesmo vale para a mão de obra. Quando a formação básica é baixa ou o analfabetismo é elevado, poucos indivíduos conseguem ofertar seu trabalho no mercado. Nesse cenário, o investimento em educação de massas e treinamento aumenta a disponibilidade da mão de obra, de forma a impulsionar mais intensamente a produção (LATIF, 2022). No entanto, nos estágios mais avançados do desenvolvimento, ocorre uma desaceleração natural do crescimento, uma vez que a produtividade marginal dos fatores é decrescente, ou seja, cada unidade a mais de fator de produção empregado gera menor ganho adicional de produção (LATIF, 2022). Desse modo, para uma sociedade tornar-se rica, a acumulação dos fatores de produção não é condição suficiente. Se faz necessário ter ganhos elevados e sustentados de produtividade, através de novas tecnologias, técnicas modernas de gestão e mão de obra qualificada. É fundamental a construção de um arcabouço institucional mais sofisticado, com o intuito de promover um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação, bem como uma melhor formação e treinamento da mão de obra, o chamado capital humano.

2. Planos nacionais de desenvolvimento no Brasil: ideias, não resultados

As concepções sobre crescimento e desenvolvimento econômico não permanecem restritas ao plano das formulações teóricas, sendo frequentemente incorporadas aos instrumentos de política pública por meio dos quais os governos buscam orientar suas estratégias de transformação econômica. No Brasil, essa tradução ocorreu de maneira particularmente evidente através dos planos nacionais de desenvolvimento, utilizados em diferentes momentos históricos como instrumentos de coordenação de investimentos, definição de prioridades produtivas e orientação da ação estatal.

Entre meados do século XX e as primeiras décadas do século XXI, diferentes iniciativas de planejamento buscaram estruturar estratégias de desenvolvimento para o país, dentre as quais se destacam o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e, mais recentemente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A análise desses planos permite observar como interpretações acerca dos determinantes do desenvolvimento econômico foram incorporadas ao processo de planejamento governamental. Esta seção tem como foco revisar as referidas experiências de planejamento à luz do debate contemporâneo sobre crescimento econômico, buscando identificar, a partir de suas diretrizes e objetivos, as concepções de desenvolvimento econômico que informaram sua formulação.

2.1 O Plano de Metas de JK

O governo de Juscelino Kubitschek é reconhecido pelo integral comprometimento do setor público com uma política de desenvolvimento. Com o slogan “50 anos em 5”, que traduzia a ambição de acelerar o desenvolvimento econômico nacional, JK apostou na industrialização como eixo central de sua política econômica. O diagnóstico era de que o Brasil precisava reduzir sua dependência das importações e fortalecer o seu parque industrial, bem como criar condições para se tornar um exportador de produtos manufaturados (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990).

Para tanto, o Governo JK elaborou e implementou o Plano de Metas, um plano quinquenal que contemplava investimentos em cinco áreas principais, a citar: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Os setores de energia e transportes se configuraram como as áreas mais privilegiadas de investimento, visto que 71,3% do total dos recursos foram destinados a elas, advindos quase que integralmente do setor público. Para as indústrias de base previa-se 22,3% do investimento total, ficando a cargo principalmente do setor privado ou do financiamento por entidades públicas. Já as metas de educação, de responsabilidade do setor público, e de alimentação receberam 6,4% dos recursos (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990).

Vale destacar que ao setor público caberia 50% do desembolso, os fundos privados contribuiriam com 35% e o restante viria de agências públicas para os programas públicos e privados. Relativamente aos recursos externos, esses não eram detalhados no plano. De modo geral, a política econômica que estava implícita na proposta de JK continha quatro peças básicas: I) tratamento preferencial para o capital estrangeiro; II) o financiamento dos gastos públicos e privados através da expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário, respectivamente - o que teve como consequência fortes pressões inflacionárias; III) a ampliação da participação do setor público na formação de capital; e IV) o estímulo à iniciativa privada (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990).

À luz da literatura contemporânea sobre crescimento econômico, o Plano de Metas expressa de forma exemplar a concepção desenvolvimentista clássica que identifica o desenvolvimento econômico com a industrialização e a rápida acumulação de capital físico. O diagnóstico implícito era o de que o principal entrave ao crescimento brasileiro residia na insuficiência de infraestrutura e de capacidade produtiva instalada, o que justificava a centralidade do investimento público e do planejamento estatal como instrumentos de superação do atraso. Ainda que essa estratégia tenha sido eficaz para promover uma aceleração do crescimento e uma profunda transformação estrutural no curto prazo, observa-se que elementos hoje considerados centrais para a sustentação do crescimento de longo prazo, como a produtividade do trabalho, a qualidade do capital humano e o fortalecimento das capacidades institucionais, ocuparam posição claramente secundária no desenho do plano. Dessa forma, o Plano de Metas ilustra um padrão de desenvolvimento extensivo, baseado predominantemente na mobilização de fatores, cujos limites se tornariam mais evidentes nas décadas subsequentes.

2.2 O II Plano Nacional de Desenvolvimento

Ao final dos anos 1960 e início da década de 1970, a economia brasileira passou a apresentar um desempenho macroeconômico sem precedentes no pós-guerra. Entre 1968 e 1973, o PIB cresceu a uma taxa média de aproximadamente 11,1% ao ano, contraste marcante com o crescimento de 4,2% observado no período 1964-1967. Esse ritmo acelerado foi acompanhado por uma trajetória favorável de estabilização macroeconômica: a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), declinou de 25,5% em 1968 para 15,6% em 1973, ao mesmo tempo em que o balanço de pagamentos apresentou superávits crescentes ao longo de todo o período, apesar dos déficits em transações correntes. Tal resultado decorreu,

sobretudo, da expressiva entrada líquida de capitais externos e do extraordinário crescimento das exportações, que permitiu, inclusive, a redução da relação dívida externa líquida/exportações, de 2,0 para 1,4 entre 1968 e 1973. Evidências posteriores indicam que esse desempenho esteve associado a ganhos relevantes de produtividade total dos fatores e à queda da relação capital-produto, conferindo ao período características distintas em relação às fases anteriores do desenvolvimento brasileiro (VELOSO; VILELA; GIAMBIAGI, 2008).

Posteriormente a esse “milagre econômico”, no ano de 1973, com o advento do primeiro choque do petróleo, tornou-se indispensável aos formuladores de política econômica pensar em uma nova estratégia de desenvolvimento para o país, visto que havia uma nova situação estrutural na economia mundial, e a quadruplicação dos preços do petróleo no fim daquele ano. Contudo, tal descontinuidade na economia mundial não parece ter sido percebida pelos gestores de política econômica da época, uma vez que em pleno ano de 1973, o cruzeiro experimentou sua primeira valorização nominal. Isso se deu em meio à avalanche de capitais de empréstimo que abarrotava a conta de ativos externos das autoridades monetárias, pressionava a oferta de moeda e contratava a inflação futura, em uma economia já superaquecida, que crescia a quase o dobro de sua taxa histórica (CARNEIRO NETTO, 1999).

Diante do quadro de restrição externa, havia, grosso modo, duas alternativas para os formuladores de política econômica. A primeira seria a desvalorização do câmbio, a fim de mudar rapidamente os preços relativos, de modo a sinalizar de imediato os novos custos dos produtos importados e a alteração do valor social das exportações. A ideia subjacente era a de conter rapidamente a demanda com o intuito de impedir que o superaquecimento herdado do regime anterior transformasse o choque de preços relativos em inflação permanentemente mais elevada. Quanto à segunda alternativa, esta se caracterizaria em “comprar tempo” para ajustar a oferta com renascimento mais rápido do que na primeira alternativa, realizando de forma mais gradual e calibrada o ajuste de preços relativos enquanto houvesse financiamento externo abundante (CARNEIRO NETTO, 1999).

Os problemas a serem combatidos na década de 1970 foram: a deficiência nos setores alimentício, de bens de capital e de insumos básicos, e a forte dependência de importação de petróleo, que levaria a economia a grave desequilíbrio externo. Desse modo, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi a terapia indicada para dar continuidade ao vigoroso crescimento da economia brasileira. Para tanto, eram objetivos do II PND (CAVARZAN; RACY, 2010):

I) Crescimento de 10% ao ano do PIB, 12% ao ano do produto industrial, 7% ao ano da agricultura, e aumento de 2,5 vezes do *quantum* de exportações, entre 1974 e 1979;

II) Substituições de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos, notadamente os setores de química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos;

III) Desenvolvimento de projetos de exportação de matérias-primas, mais especificamente, celulose, ferro, alumínio e aço;

IV) Grande elevação da produção interna de petróleo, além da ampliação de geração de energia hidrelétrica; e

V) Desenvolvimento do transporte ferroviário e do sistema de telecomunicações, além da realização de programas de eletrificação rural, irrigação, construção de armazéns e centrais de abastecimento.

Em síntese, a estratégia de política industrial no governo Geisel recaiu na substituição de importações nos setores de bens de capital, insumos básicos para a indústria, e no aumento da produção e da prospecção de petróleo. Para isso, os principais instrumentos utilizados foram o crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a compra de equipamentos, a depreciação acelerada para equipamentos nacionais, as isenções do imposto de importação, o crédito subsidiado e formas mais ou menos explícitas de reserva de mercado

para os novos empreendimentos, bem como a garantia de política de preços compatível com as prioridades da política industrial. Vale destacar que relativamente à composição do produto, a indústria foi certamente o setor líder durante toda a década de 1970, em especial a indústria de transformação e a expansão da indústria de construção, esta última atingindo uma taxa média anual de crescimento de 9,7% em termos reais (CARNEIRO NETTO, 1999).

Nesse sentido, o II Plano Nacional de Desenvolvimento aprofundou e sofisticou a lógica desenvolvimentista ao buscar internalizar setores estratégicos e reduzir vulnerabilidades externas, especialmente nos segmentos de bens de capital, insumos básicos e energia. Sob a ótica analítica da literatura de crescimento, o II PND manteve a centralidade da acumulação de capital físico e da expansão da capacidade produtiva como motores do desenvolvimento, agora associadas a uma estratégia mais complexa de coordenação estatal e financiamento de longo prazo. No entanto, apesar da maior densidade industrial e tecnológica dos investimentos realizados, o plano permaneceu fortemente ancorado em mecanismos de proteção, subsídios e reserva de mercado, o que limitou os incentivos à eficiência produtiva, à inovação contínua e à seleção competitiva das firmas. Assim, embora o II PND represente um avanço em relação ao Plano de Metas no que se refere à complexidade da estrutura produtiva, ele reproduz a fragilidade estrutural de modelos que privilegiam a expansão extensiva do capital em detrimento de ganhos sustentados de produtividade e de um ambiente institucional propício à concorrência e ao aprendizado produtivo.

2.3 Os Programas de Aceleração do Crescimento

Durante as décadas de 1980 e 1990, a economia brasileira atravessou um período prolongado de baixo crescimento, instabilidade macroeconômica e queda sistemática da taxa de investimento, configurando um quadro de estagnação produtiva após o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Ainda que as reformas liberalizantes e a estabilização monetária tenham sido fundamentais para o controle da inflação e a reorganização dos fundamentos macroeconômicos, seus efeitos sobre a retomada do crescimento sustentado mostraram-se limitados. No início dos anos 2000, o país apresentava uma combinação de crescimento modesto, infraestrutura deteriorada, gargalos logísticos relevantes e fraca dinâmica da produtividade, ao mesmo tempo em que o investimento público permanecia comprimido por restrições fiscais e por uma orientação de política econômica pouco voltada à coordenação de projetos de longo prazo. Esse diagnóstico abriu espaço para a revalorização do papel do Estado como indutor do investimento e para a retomada dos instrumentos de planejamento, criando as condições políticas e econômicas para a formulação de uma estratégia voltada à aceleração do crescimento por meio da expansão da infraestrutura (FERREIRA; PESSÔA; VELOSO, 2013; IPEA, 2010).

Desse modo, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fundamentou-se na ideia do protagonismo do Estado na reativação dos instrumentos de planejamento estratégico e na importância do investimento público como forma de estimular a expansão da economia brasileira. As premissas do programa consistiam na criação das condições para a aceleração do crescimento sustentável de médio e longo prazos; aumento da produtividade; ampliação dos empregos; e superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais (NUNES, 2018). Para tanto o programa se valeu de um conjunto de medidas institucionais e expressivo investimento em infraestrutura, dentre os quais se destacam: I) investimentos na expansão da infraestrutura brasileira; II) estímulo ao crédito e ao financiamento; III) melhora do ambiente de investimento; IV) desoneração e aperfeiçoamento da administração tributária; e V) adoção de medidas fiscais de longo prazo.

O PAC teve duas edições (PAC e PAC II), e ambas evidenciaram a grande capacidade de redimensionamento e ajustamento dos programas ao longo da execução de seus

investimentos. Apenas a título de exemplo, em sua primeira edição, o PAC possuía um montante de recursos inicial de R\$ 503,9 bilhões e, ao longo da execução do programa, consolidou-se em R\$ 657,4 bilhões. Já no PAC II, o montante de recursos iniciais foi de R\$ 955 bilhões e se consolidou em R\$ 1,104 trilhão ao final de sua realização (NUNES, 2018).

Relativamente à distribuição regional dos recursos dos programas, houve uma forte concentração dos investimentos na região Sudeste, ainda que se observe uma leve tendência à desconcentração na sua segunda edição. No PAC original, cujo montante consolidado alcançou R\$ 657,4 bilhões, o Sudeste absorveu 54% dos recursos, percentual que se reduziu para 47% no PAC II, quando o volume total de investimentos se expandiu significativamente para R\$ 1,104 trilhão. Em contrapartida, verificou-se um aumento relativo da participação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste: o Nordeste passou de 19% para 21%, enquanto Norte e Centro-Oeste ampliaram sua fatia de 7% para 10% cada. A região Sul manteve participação estável, em torno de 12% nas duas edições. Apesar dessas mudanças marginais, Sudeste e Nordeste concentraram conjuntamente cerca de 70% do volume total de recursos em ambas as edições, o que foi usualmente justificado, nos balanços oficiais, pela maior densidade populacional e pela elevada participação dessas regiões no Produto Interno Bruto nacional (NUNES, 2018).

Os Programas de Aceleração do Crescimento inserem-se em um contexto distinto daquele dos planos desenvolvimentistas clássicos, sendo observados o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, a estabilização macroeconômica e a revalorização do papel do Estado como indutor do investimento em infraestrutura. Ainda assim, sob a perspectiva conceitual, os PACs revelam importantes continuidades com os paradigmas anteriores ao conceber o investimento público em infraestrutura como principal vetor de aceleração do crescimento econômico. Embora o programa tenha incorporado, de forma mais explícita, objetivos associados ao aumento da produtividade, à geração de empregos e à redução das desigualdades regionais, sua arquitetura permaneceu fortemente orientada pela lógica da expansão do estoque de capital físico. À luz da literatura contemporânea, observa-se que a limitada articulação dos PACs com políticas voltadas ao fortalecimento do capital humano, à melhoria da qualidade institucional e à eficiência alocativa dos fatores ajuda a explicar porque os elevados volumes de investimento não se traduziram em ganhos persistentes de produtividade e crescimento de longo prazo.

Em perspectiva comparada, a análise dos principais planos de desenvolvimento nacionais revela uma notável continuidade na forma como o desenvolvimento econômico foi concebido ao longo do período pós-Segunda Guerra. Apesar das diferenças de contexto macroeconômico, de instrumentos de política e de arranjos institucionais, o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e os Programas de Aceleração do Crescimento compartilham uma matriz conceitual comum, marcada pela centralidade atribuída à acumulação de capital físico, à expansão da infraestrutura e ao protagonismo do Estado como coordenador do investimento. Em todos os casos, a aceleração do crescimento foi entendida primordialmente como resultado da ampliação da capacidade produtiva instalada e da superação de gargalos estruturais, enquanto determinantes hoje reconhecidos como centrais para a sustentação do crescimento de longo prazo, como a produtividade do trabalho, a qualidade do capital humano, a eficiência alocativa e o fortalecimento das capacidades institucionais, permaneceram em posição secundária ou foram incorporados de forma fragmentada. Essa persistência de um padrão de crescimento extensivo ajuda a explicar tanto os episódios de rápido avanço econômico quanto a dificuldade recorrente de sustentar ganhos de produtividade ao longo do tempo, constituindo um elemento-chave para compreender os limites do desenvolvimento brasileiro e os desafios contemporâneos do planejamento público, especialmente quando se considera a transposição dessas estratégias para o nível subnacional.

3. Do nacional ao subnacional: implicações para o Plano Alagoas 2050

Conforme já se discutiu, a literatura recente sobre crescimento econômico destaca a produtividade como uma das variáveis-chave para a consecução do desenvolvimento de uma sociedade. No Brasil, a produtividade da economia encontra-se estagnada desde a década de 1980 (FERREIRA; PESSÔA; VELOSO, 2013; NASSIF; ARAÚJO; FEIJÓ, 2020). Esse fraco desempenho está associado à estagnação, quando não à queda, da produtividade na maioria dos setores da economia. Entre meados da década de 1990 e 2020, a agropecuária foi o único grande setor a apresentar crescimento elevado e sustentado da produtividade do trabalho, em contraste com a indústria e os serviços. Nesse mesmo período, a produtividade industrial apresentou crescimento negativo, enquanto o setor de serviços, responsável por mais de 70% do emprego, permaneceu praticamente estagnado. Ainda em relação à análise setorial, embora a mudança estrutural tenha levado a uma realocação da força de trabalho da agropecuária (setor de baixa produtividade relativa) para setores de maior produtividade, especialmente serviços, seu impacto foi limitado. Por exemplo, estimativas contrafactuais indicam que a mudança estrutural respondeu por apenas cerca de um quarto do aumento acumulado da produtividade do trabalho entre 1995 e 2020, pois grande parte dos empregos gerados concentrou-se em serviços de baixa produtividade, reduzindo o potencial de ganhos agregados.

Ademais, as comparações internacionais mostram que a principal razão para o grande hiato de produtividade entre o Brasil e países desenvolvidos não é a alocação setorial do trabalho, mas sim o baixo nível de produtividade dentro dos próprios setores. A título de exemplo, mesmo que o Brasil tivesse uma estrutura setorial semelhante à de economias avançadas, os ganhos seriam modestos quando comparados ao potencial associado ao aumento da produtividade intrassetorial (a produtividade dentro do setor). Em síntese, o crescimento da produtividade setorial no Brasil foi desigual e insuficiente para sustentar o crescimento de longo prazo, indicando que políticas focadas apenas na realocação setorial são insuficientes, sem avanços expressivos na eficiência produtiva dentro dos setores (VELOSO, 2024).

Nesse contexto, a literatura identifica que o débil desempenho da produtividade brasileira está associado a falhas persistentes na alocação de fatores de produção e nos mecanismos de seleção e dinamismo empresarial, tanto no setor formal quanto no informal. Evidências empíricas indicam que trabalho e capital não são sistematicamente direcionados às firmas mais produtivas, resultando em elevada dispersão de produtividade entre empresas, o que limita os ganhos de eficiência no nível setorial e agregado. Tal dispersão, superior à observada em outras economias emergentes, caracteriza-se por uma concentração significativa de firmas de baixa produtividade em diversos setores e decorre mais das características estruturais do ambiente de negócios do que da composição setorial da economia nacional (VELOSO, 2024). Adicionalmente, a elevada informalidade reforça esse quadro de má alocação, uma vez que a evidência sugere que a maior parte das firmas informais é composta por empreendedores de baixa produtividade, com reduzido potencial de transição para a formalidade, enquanto apenas uma fração minoritária corresponde a firmas potencialmente produtivas restringidas por custos regulatórios. Nesse sentido, políticas de formalização baseadas exclusivamente na redução de barreiras de entrada tendem a produzir efeitos limitados sobre a produtividade, sendo mais efetivas intervenções voltadas ao aumento do capital humano, à qualificação da mão de obra e à melhoria da capacidade gerencial (VELOSO, 2024).

A literatura também indica que as falhas de alocação de fatores, o enfraquecimento dos mecanismos de seleção empresarial e a estagnação da produtividade intrassetorial não se

distribuem de forma homogênea no território, mas tendem a se concentrar com maior intensidade em regiões menos desenvolvidas. Nessas áreas, mercados mais segmentados, menor densidade empresarial, infraestrutura deficiente e ambientes institucionais mais frágeis ampliam as distorções na alocação de trabalho e capital, limitando a entrada, a expansão e a sobrevivência de firmas mais produtivas. Como resultado, a convergência regional ocorre de forma lenta e incompleta, frequentemente sustentada mais pela desaceleração das regiões líderes do que por ganhos efetivos de produtividade nas regiões retardatárias.

Nesse cenário, a revisão dos planos nacionais à luz das teorias do desenvolvimento econômico permite identificar quais elementos foram considerados centrais para a promoção do desenvolvimento, bem como aqueles que permaneceram negligenciados. Não obstante as significativas contribuições teórico-metodológicas sobre os caminhos para o desenvolvimento nacional trazidas pelas perspectivas dos referidos planos, o presente momento demanda a atualização do planejamento público acerca da atuação governamental na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. O Brasil e os estados brasileiros estão agora diante de uma nova janela de oportunidade para definir seu planejamento de longo prazo. Talvez esta seja a hora de os estados passarem de coadjuvantes a protagonistas na conformação do entendimento sobre desenvolvimento no cenário nacional, o que até o momento não se verificou. Nos documentos que estruturam o futuro do país, comumente os estados aparecem como o *locus* de implementação, não como proponentes de ações e estratégias. Contudo, dada a elaboração - e o incentivo para tal - dos planos estaduais de longo prazo, é preciso considerar as ferramentas das quais os entes federados têm lançado mão para orientar sua intenção de desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se dizer que o desafio colocado é o de não insistir em pressupostos cujas evidências empíricas já avançaram para demonstrar os limites de sua eficácia.

3.1 Um retrato de Alagoas

Alagoas figura entre os estados com o maior atraso econômico e social do país. O estado apresenta uma estrutura econômica de baixa expressão relativa no contexto nacional, respondendo por aproximadamente 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e ocupando a 20ª posição entre as unidades da federação. O PIB per capita estadual, de R\$ 24.332,00, situa-se abaixo das médias regional e nacional, evidenciando um padrão de renda reduzido e limitado dinamismo econômico (IBGE, 2024b).

No campo do desenvolvimento humano, o estado registra um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,684, posicionando-se entre os últimos colocados no ranking nacional (IBGE, 2023). Paralelamente, observa-se agravamento recente da desigualdade de renda, com o Índice de Gini atingindo 0,509 em 2024, o que coloca Alagoas como o sétimo estado mais desigual do país. Esse quadro sugere que os ganhos econômicos observados não têm se traduzido em melhoria distributiva consistente (IBGE, 2025).

Relativamente à educação, os dados do Censo 2022 indicam que o percentual de alfabetizados no estado (82,3%) está abaixo do percentual nacional (93%) e da região Nordeste (85,8%). Sobre o nível de escolaridade da população alagoana, 43,6% não possui instrução ou possui fundamental incompleto; 14,9% têm fundamental completo ou médio incompleto; 29,6% têm ensino médio completo ou superior incompleto; e 11,9% têm superior completo (IBGE, 2024a). Ademais, o estado alagoano é o que tem a maior taxa de analfabetismo do Brasil, com 14,2% da sua população de 15 anos pra cima sem saber ler e escrever (IBGE, 2023). No mercado de trabalho, destacam-se a elevada taxa de informalidade, que alcança 46% da população ocupada, e o baixo nível de renda domiciliar per capita, estimado em R\$ 1.331,00,

refletindo a precariedade das condições de inserção produtiva e a limitada capacidade de geração de renda no estado (IBGE, 2024b) .

No que se refere à infraestrutura e às condições sociais, persistem déficits relevantes no acesso a serviços básicos. Apenas 34,08% dos domicílios possuem acesso à rede de esgotamento sanitário, enquanto o abastecimento de água atinge 68,14% e a coleta de resíduos sólidos 87,22% (IBGE, 2025). Esses indicadores evidenciam limitações estruturais que impactam diretamente o bem-estar da população e a produtividade econômica no longo prazo.

A esse conjunto de fragilidades estruturais soma-se o avanço da transição demográfica em Alagoas. Em 2027, o estado iniciará o processo de encolhimento, com, projeção de queda populacional superior a 20% até 2070, aliada ao envelhecimento acelerado da população, impõe a necessidade de políticas públicas urgentes e estruturantes (IBGE, 2024a). A transição demográfica deverá impactar significativamente o mercado de trabalho e o potencial de crescimento econômico do estado, exigindo respostas integradas e de longo prazo.

3.2 Uma Agenda de Longo Prazo para Alagoas

A definição de uma agenda consistente de longo prazo para Alagoas passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que o crescimento econômico sustentável dependerá cada vez menos da expansão dos fatores tradicionais — como trabalho e capital — e cada vez mais da capacidade de elevar a produtividade. Esse imperativo torna-se ainda mais evidente diante da transição demográfica em curso, que reduzirá o ritmo de crescimento da população e limitará a contribuição da força de trabalho para a expansão da economia. Nesse contexto, promover ganhos de produtividade deixa de ser uma opção e passa a constituir o eixo central da estratégia de desenvolvimento do estado.

Essa agenda requer uma abordagem abrangente e coordenada, que articule diferentes dimensões do processo produtivo. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de avanços substanciais no capital humano, com foco na melhoria da qualidade da educação básica, na redução das defasagens de aprendizagem e na ampliação do ensino técnico e profissionalizante alinhado às demandas do mercado de trabalho. Em paralelo, é fundamental fortalecer o ambiente institucional e de negócios, garantindo maior segurança jurídica, simplificação regulatória e condições mais favoráveis ao investimento e à atividade produtiva.

Adicionalmente, a elevação da produtividade demanda o aumento da eficiência das firmas e o maior dinamismo empresarial, por meio do estímulo à concorrência, da facilitação da entrada e saída de empresas e da difusão de boas práticas de gestão e tecnologias. A integração econômica, tanto no âmbito nacional quanto internacional, também desempenhará papel relevante ao ampliar o acesso a mercados, insumos e inovações. Por sua vez, os investimentos em infraestrutura devem ser orientados de modo a reduzir custos, aumentar a conectividade e viabilizar ganhos de eficiência, funcionando como elemento habilitador da produtividade.

Por fim, o Plano de Longo Prazo de Alagoas deve incorporar ao debate a **regressividade do gasto público** e a **qualidade das políticas públicas**, de modo a garantir que os recursos sejam alocados de forma mais eficiente e equitativa. Sem enfrentar distorções distributivas e sem aprimorar o desenho e a implementação das políticas, o crescimento econômico tende a reproduzir desigualdades existentes. Assim, uma trajetória sustentável de

desenvolvimento para Alagoas exige não apenas crescer mais, mas **crescer melhor e com inclusão**, conciliando ganhos de produtividade com a redução das desigualdades sociais.

4. Considerações finais

O presente artigo analisou de que forma os paradigmas de crescimento econômico presentes nos principais planos nacionais de desenvolvimento no Brasil influenciaram a concepção de desenvolvimento adotada no país e como essas ideias podem contribuir para a formulação de estratégias de planejamento de longo prazo em nível subnacional. Com base em uma revisão histórico-analítica da literatura econômica e dos instrumentos de planejamento implementados desde o período desenvolvimentista clássico até iniciativas mais recentes, argumenta-se que o pensamento estruturante dessas políticas esteve predominantemente ancorado na centralidade da acumulação de capital físico, da industrialização e do papel indutor do Estado.

Tal abordagem foi decisiva na fase inicial do processo de desenvolvimento brasileiro, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, quando a expansão da infraestrutura e a diversificação produtiva possibilitaram avanços relevantes em termos de crescimento econômico e transformação estrutural. Entretanto, à luz da literatura contemporânea sobre crescimento de longo prazo, evidencia-se que estratégias centradas primordialmente na expansão da capacidade produtiva tendem a revelar limitações quando não acompanhadas por avanços consistentes em capital humano, qualidade institucional, inovação e eficiência alocativa. A trajetória econômica brasileira nas últimas décadas — marcada por desaceleração do crescimento e estagnação da produtividade a partir dos anos 1980 — reforça essa interpretação.

As evidências sugerem que o baixo dinamismo econômico decorre não apenas da insuficiência de investimento, mas também de problemas associados à má alocação de recursos, à fragilidade institucional, à elevada informalidade e às limitações na coordenação das políticas de desenvolvimento. Nesse contexto, as disparidades regionais de renda e produtividade refletem, em grande medida, diferenças na qualidade das instituições, na capacidade de absorção produtiva e nas condições do ambiente de negócios.

Diante desse quadro, sustenta-se que a formulação de estratégias de desenvolvimento de longo prazo requer a ampliação do arcabouço analítico tradicionalmente mobilizado no planejamento público. Para além da promoção do investimento e da expansão setorial da indústria, torna-se necessário incorporar uma agenda orientada ao aumento da produtividade, ao fortalecimento do capital humano, ao aprimoramento das instituições econômicas e à criação de ambientes favoráveis à inovação e à concorrência.

No plano subnacional, tais diretrizes assumem relevância particular, uma vez que estados e regiões enfrentam restrições fiscais e institucionais que demandam estratégias de desenvolvimento orientadas por capacidades locais. Nesse sentido, instrumentos de planejamento de longo prazo — como o Plano Alagoas 2050 — podem desempenhar papel estratégico ao articular visões de futuro capazes de orientar políticas públicas, investimentos e decisões privadas, contribuindo para maior coordenação institucional e continuidade das estratégias de desenvolvimento.

Por fim, reconhece-se que, por se tratar de uma revisão interpretativa, o estudo não realizou avaliação empírica dos impactos dos planos analisados. Investigações futuras podem avançar na exploração de métodos quantitativos e estudos comparados que permitam

examinar com maior precisão a relação entre planejamento público, capacidades institucionais e desempenho econômico em contextos regionais distintos.

Referências

ACEMOGLU, Daron. **Introduction to modern economic growth**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

ARAÚJO, Bruno Cesar Pino Oliveira de; OLIVEIRA, João Maria de; SILVA FILHO, Edison Benedito da. **Eficiência produtiva: análise e proposições para aumentar a produtividade no Brasil**. Textos para Discussão CEPAL/IPEA, 2024.

BALASSIANO, Marcel; TRECE, Juliana; CONSIDERA, Claudio. **Mais uma década perdida de investimentos**. Blog do IBRE, 26 out. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mais-uma-decada-perdida-de-investimentos>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BONELLI, Regis. **Produtividade e armadilha do lento crescimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Contribuições do desenvolvimentismo clássico e do novo desenvolvimentismo**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 45, e253748, 2025.

CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. **Crise e esperança, 1974-1980**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 241–262.

CAVARZAN, Gustavo Machado; RACY, José Caio. **II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970**. Revista de Economia Mackenzie, v. 8, n. 3, 2010.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; PESSÔA, Samuel; VELOSO, Fernando. **Experiências comparadas de crescimento econômico no pós-guerra**. In: VELOSO, Fernando et al. (org.). **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 3–38.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. **Do better schools lead to more growth? Cognitive skills, economic outcomes, and causation**. Journal of Economic Growth, v. 17, n. 4, p. 267–321, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: panorama**. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE. **Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação**. Agência de Notícias IBGE, 14 nov. 2024b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE. **Painel de Indicadores: PNAD Contínua**. 2025. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

IBGE. **População do país vai parar de crescer em 2041**. Agência de Notícias IBGE, 22 ago. 2024a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IPEA. **Diagnósticos sobre investimento, infraestrutura e crescimento no início dos anos 2000**. Brasília: IPEA, [s.d.].

KOOPMAN, Eline; WACKER, Konstantin M. **Drivers of growth accelerations: what role for capital accumulation?** World Development, v. 169, p. 106297, 2023.

LATIF, Zeina. **Nós do Brasil: nossa herança e nossas escolhas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

NASSIF, André; MORANDI, Lucilene; ARAÚJO, Eliane; FEIJÓ, Carmem. **Economic development and stagnation in Brazil (1950–2011)**. Structural Change and Economic Dynamics, v. 53, p. 1–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2020.01.005>.

NUNES, Maria. **O Programa de Aceleração do Crescimento e as fronteiras**. In: **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Brasília: IPEA; Ministério da Integração Nacional, 2018.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. **Democracia com desenvolvimento, 1956-1961**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 157–177.

OSIOBE, Ejiro U. **A literature review of human capital and economic growth**. Business and Economic Research, v. 9, n. 4, p. 179–196, 2019.

PRITCHETT, Lant. **Where has all the education gone?** The World Bank Economic Review, v. 15, n. 3, p. 367–391, 2001.

TRPESKI, Predrag; TASHEVSKA, Biljana; MERDZAN, Gunter. **The role of institutions in economic growth: a systematic literature review**. Ekonomski vjesnik / Econviews, v. 37, n. 2, p. 421–437, 2024.

VELOSO, Fernando. **Productivity and growth in Brazil**. FGV IBRE Articles, 2024.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, p. 221–246, 2008.